

# **Bancos Comunitários e Moedas Sociais Digitais como Mecanismos de Inclusão Financeira e Economia Solidária: uma revisão sistemática da literatura**

*Development Banks and Social Currencies as Financial Inclusion and Solidarity Economy Mechanisms: a systematic review*

*Douglas Aleixo Santos da Cruz<sup>1</sup>*

*Raimundo Corrêa de Oliveira<sup>1</sup>*

*Silvia Regina Sampaio Freitas<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

<sup>2</sup>Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, AM, Brasil

## **Resumo**

O crescimento e o desenvolvimento econômico, aliados à redução das desigualdades sociais, são os principais objetivos a serem alcançados pela sociedade moderna que não encontrou o necessário equilíbrio entre a criação de riquezas e a sua distribuição. No Brasil, a cidadania financeira esbarra na desbancarização, atingindo mais de 34 milhões de pessoas. Embora pujante, o sistema bancário brasileiro não alcança os menos favorecidos, ocasionando a exclusão financeira e a potencialização das desigualdades sociais. Este trabalho discutiu como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, por meio de suas moedas sociais, proporcionam a inclusão financeira de pessoas que não têm acesso aos serviços bancários tradicionais, comprovando a sua eficácia com evidências de implementações bem-sucedidas. Por meio da revisão sistemática da literatura, concluiu-se que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento vêm desempenhando importante papel no alívio da desigualdade social, permitindo que pessoas das classes mais baixas possam promover a circulação de riquezas dentro de suas comunidades.

Palavras-chave: Serviços Bancários. Banco Comunitário de Desenvolvimento. Inclusão Financeira.

## **Abstract**

Economic growth and development, combined with the reduction of social inequalities, are the main objectives to be achieved by modern society, which has not found the necessary balance between wealth creation and its distribution. In Brazil, financial citizenship collides with unbanking, reaching more than 34 million people. Although powerful, the Brazilian banking system does not reach the less favored people, causing financial exclusion and increasing social inequalities. This work discusses how Community Development Banks, through their social currencies, provide the financial inclusion of people who do not have access to traditional banking services, proving their effectiveness with proof of successful implementations. Through a systematic review of the literature, it was concluded that Community Development Banks have been playing an important role in alleviating social inequality, allowing people from lower classes to promote the circulation of wealth within their communities.

Keywords: Banking Services. Community Development Bank. Financial Inclusion.

Área Tecnológica: Tecnologias Sociais. Inovação. Bancos Digitais.



# 1 Introdução

A sociedade contemporânea tem como protagonistas as grandes corporações e conglomerados bancários. Esse sistema largamente favorece o acúmulo de recursos por uma pequena parte da população mundial e tem como principal característica a criação de uma carência crônica pelo dinheiro.

Mesmo com a constante introdução de inovações tecnológicas no sistema financeiro, seja por meio de *internet banking*, bancos virtuais e meios digitais de pagamento, a exclusão financeira ainda é um problema social atual e relevante que atinge a população menos favorecida economicamente, potencializando a sua pobreza ao excluí-los do acesso ao dinheiro e impossibilitando a circulação de riquezas e desenvolvimento socioeconômico em suas comunidades (ALMEIDA, 2019).

Demirgüç-Kunt e Klapper (2013) apontam que os principais atingidos por esse fenômeno são aqueles que vivem em regiões afastadas dos grandes centros comerciais e financeiros, à margem da circulação de riquezas e carentes de infraestrutura bancária e de telecomunicações que possibilitem o acesso ao sistema financeiro moderno.

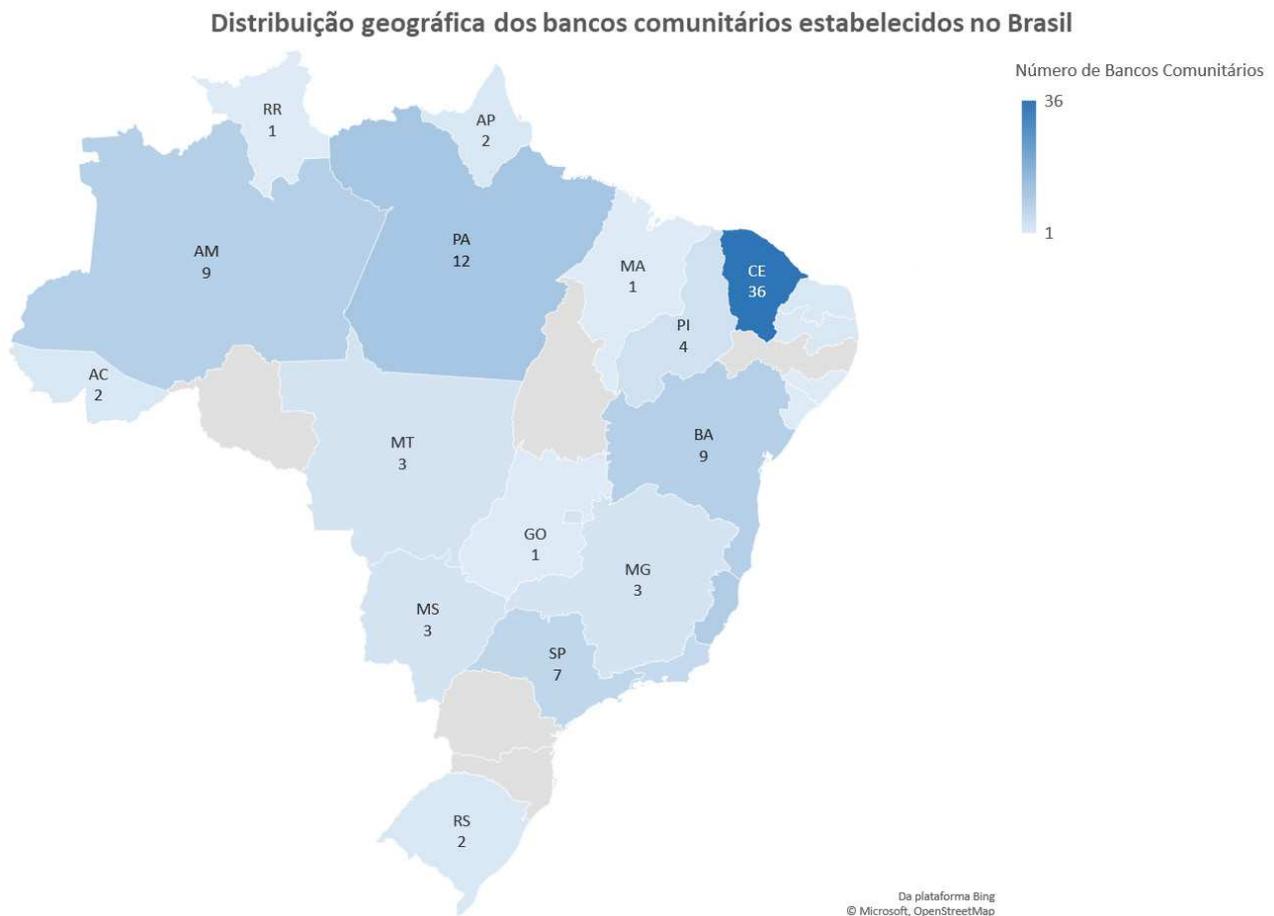
Para o Banco Central do Brasil (BACEN), a Inclusão Financeira é “[...] o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para a sua qualidade de vida” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, p. 14). O conceito adotado pelo Bacen é notadamente mais abrangente, pois lida com aspectos quantitativos como o efetivo acesso e o uso pela população dos variados serviços financeiros, qualitativos (serviços financeiros adequados às suas necessidades), e de transformação social, apontando que a reunião desses dois elementos gera uma melhor qualidade de vida ao cidadão.

Em estudo publicado no ano de 2010, o Banco Central do Brasil apontou como um dos objetivos do sistema financeiro nacional o fomento de políticas públicas e iniciativas privadas, que visassem à inclusão financeira dos pobres que não têm acesso aos serviços financeiros prestados pelos bancos tradicionais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Ainda no mesmo estudo, o Banco Central apontou que o surgimento de entidades emissoras de moedas sociais, os chamados bancos comunitários, foram responsáveis pelo sucesso no desenvolvimento socioeconômico das comunidades, reduzindo consideravelmente a fuga de riquezas. Essas entidades são encaradas como um mecanismo voltado para as estratégias de desenvolvimento territorial e que utilizam a moeda social como um instrumento de articulação da produção, consumo e prestação de serviço para o fortalecimento da economia local.

Conforme apontam dados publicados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários, existem atualmente 103 bancos comunitários afiliados no Brasil, e 120 unidades instaladas no país (Figura 1), e destes, mais de 80% estão nas regiões menos desenvolvidas do país, como Norte (26 bancos) e Nordeste (56 bancos) (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2021). O Termo de Referência da entidade conceitua os Bancos Comunitários como serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária com objetivo de promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do estímulo à criação de uma lógica local de produção, consumo e desenvolvimento.

**Figura 1** – Distribuição geográfica dos bancos comunitários estabelecidos no Brasil



Fonte: Instituto Banco Palmas (2021)

As moedas sociais, especialmente as digitais, administradas por diversos bancos comunitários estabelecidos no Brasil e em outros países têm se revelado importantes métodos de inclusão financeira e de aplicação dos princípios da economia solidária, visando à redução de desigualdades sociais por meio da autogestão e do apoio mútuo dentro de uma coletividade específica, estimulando o desenvolvimento de comunidades excluídas do sistema financeiro, gerando, assim, novas interações socioeconômicas (DEMIRGÜÇ-KUNT; KLAPPER, 2013).

O problema da pesquisa consiste, portanto, em como se dá o processo de criação e de institucionalização dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, quais as circunstâncias sociais que ensejaram a sua criação, e em atestar se, de fato, essas iniciativas vêm obtendo sucesso na redução das desigualdades sociais das regiões onde estão instaladas. A justificativa desta pesquisa cinge-se no fato de existir pouca contribuição intelectual sobre o tema de moedas sociais no Brasil. Por que esses bancos existem e são necessários para o alívio da pobreza e das desigualdades? O estado atual da literatura brasileira sobre o tema tem na base filosófica os estudos de Paul Singer (2009), e os demais estudos tratam de maneira empírica, mas com pouca profundidade principiológica o fenômeno dos bancos comunitários de desenvolvimento.

Para cumprir esse objetivo, será inicialmente realizada uma exposição dos conceitos de economia solidária e inclusão financeira, passando para uma análise dos bancos comunitários e moedas sociais complementares e das experiências brasileiras com o tema.

## 2 Metodologia

O presente trabalho consiste em uma revisão sistemática da literatura acerca dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e as moedas sociais, essa revisão foi conduzida nas bases de dados SciELO, JSTor, Google Scholar e Periódicos Capes. Para sistematizar a busca de artigos, foram adotados critérios de inclusão e de exclusão com base em palavras-chave relevantes ao assunto, como: moeda social, moedas complementares, economia solidária, banco comunitário de desenvolvimento, desenvolvimento social, inclusão financeira e finanças solidárias e suas correspondentes no idioma inglês, e utilizando o operador booleano “AND” para refinar a pesquisa.

### 2.1 Critérios de Inclusão e de Exclusão

Os critérios de inclusão utilizados foram: 1) a data de publicação do estudo, de 2002 a 2022, considerando que a maioria dos estudos sobre moedas sociais e economia solidária no Brasil se deram após o surgimento do Banco Palmas, naquele ano, como o apresentado por Brito e Oliveira (2019), intitulado “Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Moedas Sociais: a experiência pioneira do Banco Palmas”; 2) estudos relatando a eficácia do emprego de moedas sociais pelos bancos comunitários de desenvolvimento na redução de desigualdade socioeconômica; 3) estudos de caso sobre experiências com moedas sociais no Brasil como o realizado por Ferreira (2014) “Economia Solidária, Microfinanças e Pluralismo Jurídico: um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento”; e (4) os que continham as palavras-chave que tiveram maior incidência na pesquisa. Foram desconsiderados os artigos que não atenderam aos critérios anteriores, e, portanto, aqueles 1) publicados antes do ano de 2002; e 2) artigos puramente teóricos sobre os temas de inclusão financeira e economia solidária, mas que não traziam a relação destes com os bancos comunitários e moedas sociais.

## 3 Resultados da Pesquisa

O resultado da busca retornou um total de 81 artigos, dos quais, 21 foram selecionados para este trabalho. A palavra-chave “Moeda Social” foi encontrada em 15 artigos, “Economia Solidária” foi encontrada em 14 publicações e Banco Comunitário de Desenvolvimento, em 11 artigos.

**Quadro 1** – Relação de palavras-chave pesquisadas e resultados filtrados

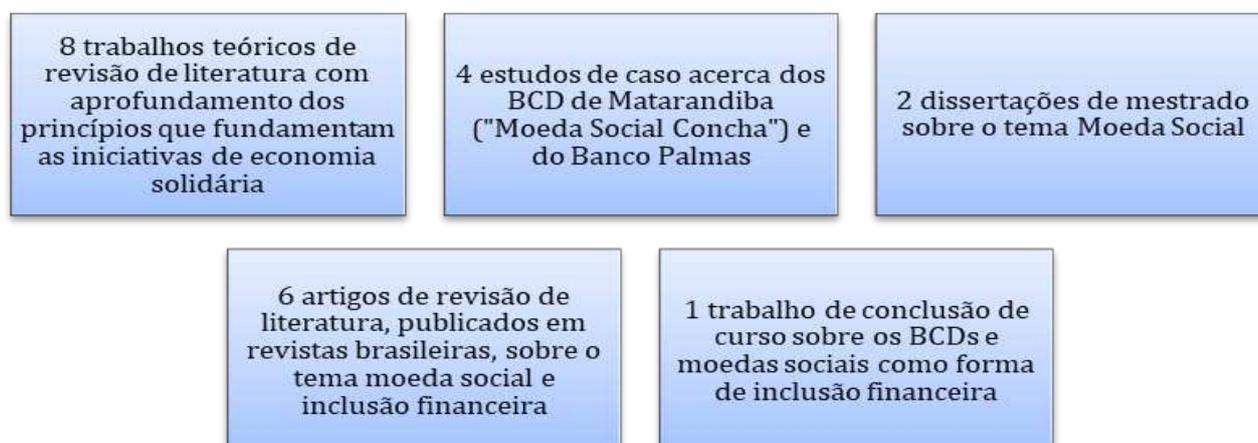
PALAVRA-CHAVE	NÚMERO DE APARIÇÕES	TOTAL
Antropologia da Moeda	4	<b>81</b>
Autonomia financeira	5	
Banco Comunitário de Desenvolvimento	11	
Conjunto Palmeiras	4	
Criptomoeda social	4	
Economia Solidária	14	
Finanças solidárias	11	
Microfinanças	5	
Moeda Social	15	
Popular Economy	4	
Tecnologia da Informação e Comunicação	4	

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo

Na base de dados SciELO, foram encontrados inicialmente 14 artigos, dos quais seis foram excluídos por terem sido publicados em período anterior ao critério “(1)” de inclusão, bem como outros três artigos que foram excluídos por que, embora tivessem sido publicados após o ano de 2002, não traziam abordagem crítica sobre a efetividade das mais variadas tentativas de implementação de moedas sociais no Brasil, limitando-se a abordagens conceituais.

Por fim, além da busca eletrônica de publicações científicas, também foram utilizados livros de autores considerados referência no campo de estudo das finanças solidárias, tal como Paul Singer (2009).

Selecionada a literatura, buscou-se sintetizar os conceitos apresentados nos trabalhos, trazendo a abordagem dos autores somada a uma visão crítica discutindo os resultados deste estudo. Sintetizando os achados dos 21 trabalhos selecionados para estudo, chegou-se ao seguinte:

**Figura 2** – Síntese da amostragem coletada para discussão

Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo

## 4 Resultados e Discussão

Antes de adentrar especificamente na abordagem dos bancos comunitários e das moedas sociais que administram, é necessário compreender propriamente os conceitos de economia solidária e inclusão financeira e suas bases históricas materiais. Na próxima etapa do trabalho, serão expostos os conceitos e os princípios fundamentais para a adequada compreensão desses fenômenos.

### 4.1 Bases Principiológicas e Conceituais

Os estudos desenvolvidos por Singer (2002) e Miller (2009) apontam os fundamentos da economia solidária e, embora sejam de natureza propedêutica e tratem com pouca – ou até mesmo nenhuma – atenção aos fenômenos materiais da economia solidária já presentes no contexto da sociedade brasileira no momento da publicação destes estudos, são importantes para entender as razões pelas quais se deu o nascimento da economia solidária no contexto da sociedade moderna.

Pode-se sintetizar o conhecimento produzido pelos autores pesquisados segundo o Quadro 2.

**Quadro 2** – Fundamentos históricos para o nascimento material da economia solidária

ECONOMIA SOLIDÁRIA	
CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS
Condições de trabalho impostas pela Revolução Industrial no século XIX e XX	i. Organização de produtores, consumidores e poupadores ii. Solidariedade entre os membros da comunidade iii. Novas atividades econômicas geridas democraticamente iv. Prevalência dos interesses humanos sobre os interesses materiais e econômicos
Estrangulamento financeiro	
Desemprego em massa	
Deslocamento das classes mais baixas para áreas periféricas das cidades	
Barreiras sociais de acesso a mercadorias e serviços	

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo

A economia solidária pode ser definida como a junção de atividades econômicas geridas democraticamente como resposta aos problemas sociais, em que os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e econômicos (LAVILLE, 2010).

A economia solidária, quando observada no contexto das comunidades afastadas dos grandes centros urbanos e financeiros, consiste em iniciativas que visam a mitigar os efeitos da exclusão financeira e das crises econômicas cujos maiores afetados são os mais pobres e desassistidos.

Na falta de um sistema financeiro inclusivo, cabe às próprias comunidades criar uma alternativa para que possam circular recursos. Isso gera a ideia de que a inclusão financeira pode ser vista como a possibilidade de utilizar serviços financeiros, a um custo acessível, por todos os atores da economia e com especial foco para a população mais pobre que, historicamente, se vê à margem da economia por não terem a sua disposição dos recursos logísticos, tecnológicos e estruturais para tal.

As iniciativas públicas de inclusão social, como os programas do Bolsa Família e o auxílio emergencial pago pelo governo federal durante a pandemia, esbarram em problemas estruturais e logísticos que ainda obstaculizam o acesso dos mais pobres a esses recursos. Ainda é um grande desafio levar recursos financeiros a essas comunidades, principalmente para aquelas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A ideia central de Singer (2002) e Miller (2009) é de que a economia solidária surge como uma reação da classe trabalhadora à opressão financeira por eles sofrida. Todavia, os autores em questão não apreenderam em seus estudos o fenômeno dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento que surgiram nas regiões mais pobres do país.

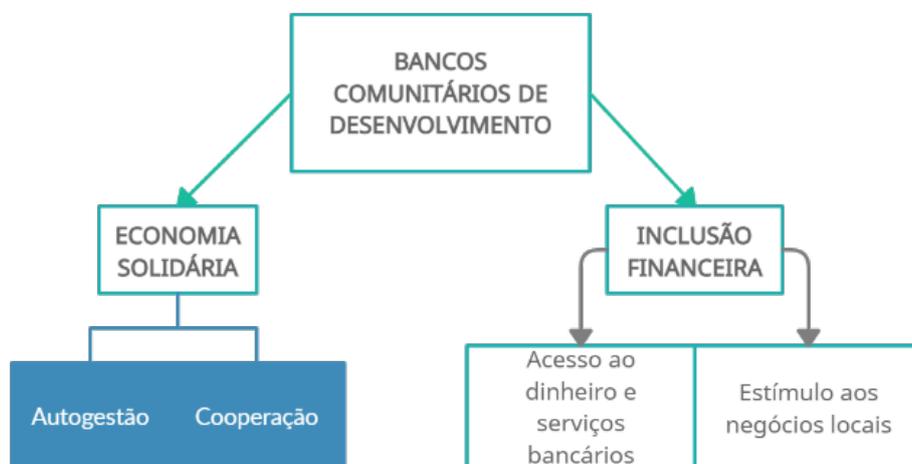
É inegável que há uma expressiva parcela da população excluída financeiramente. Dados governamentais apontam que cerca de 34,5 milhões de brasileiros não possuem sequer conta corrente ou poupança (IBGE, 2018).

Demirgüç-Kunt e Klapper (2013) tratam corretamente do fenômeno da desbancarização global. Em uma análise profunda do “Global Financial Inclusion”, uma base de dados que mediu como adultos de 148 países economiza, empresta e gasta o seu dinheiro, os indivíduos ditos “desbancarizados” o são não por não terem interesse no serviço, mas sim porque não possuem dinheiro para tal. Foi essa a resposta dada por 30% das pessoas que não possuem conta bancária entrevistadas pelos pesquisadores, bem como o fato de que os bancos normalmente se localizam a muitos quilômetros de distância das comunidades mais isoladas.

A realidade é que os menos favorecidos são vítimas de discriminação, tendo em vista que a maioria das instituições financeiras tem como foco a classe média consumidora e os mais pobres – que não possuem dinheiro – se sentem até mesmo constrangidos de entrar nos estabelecimentos bancários tradicionais, pois claramente aquela instituição financeira não os quer ali (RAJAN, 2006 *apud* CAMINHA; FIGUEIREDO, 2011).

Não ter acesso ao dinheiro é tanto a causa quanto o sintoma da pobreza experimentada por esses indivíduos. Como apontado no estudo mencionado, trata-se de um problema global, tendo em vista que cerca de 2,5 bilhões de pessoas ao redor do mundo não possuem conta bancária, e destes, 95% estão localizados em países emergentes. Com isso, chega-se aos princípios que fundamentam tanto a economia solidária quanto a inclusão financeira, demonstrado na Figura 3.

**Figura 3** – Princípios formadores dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo

As práticas de economia solidária se mostram como mecanismos mais eficazes de inclusão financeira e participação social dessas camadas menos favorecidas da população, uma alternativa da lógica do mercado de consumo dando lugar a uma sociedade menos desigual e que permita a participação econômica das classes mais baixas. Os mais pobres, sufocados pelo poder descomunal das grandes instituições bancárias e sistematicamente excluídos da atividade econômica por não possuírem dinheiro ou sequer oportunidade de auferi-lo, têm nas iniciativas de economia solidária uma chance de, com o próprio esforço, transformar suas vidas (SINGER, 2002).

Não é coincidência que a economia solidária se manifeste nas comunidades desfavorecidas. Os que têm acesso ao dinheiro em abundância não necessitam de solidariedade entre si, e, na verdade, competem para sempre ter maiores ganhos. A principal crítica trazida pelos estudos selecionados para o contexto de exclusão financeira atual, e igualmente uma crítica a conceitos metafísicos como merecimento e meritocracia, é que às pessoas de comunidades mais pobres não se aplica a lógica competitiva do mercado.

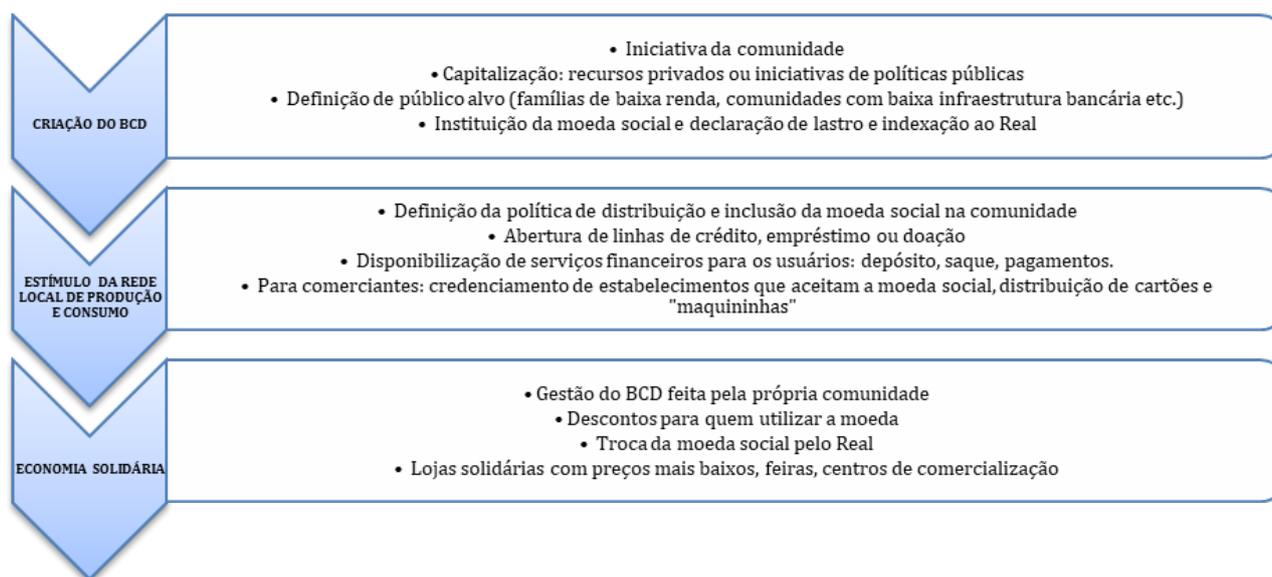
Caso exerçam a competitividade entre si, diferentemente do que ocorre com as instituições comerciais, ocorrerá, na verdade, uma autodestruição dessas comunidades. Os mais pobres não têm consumidores para disputar, não têm novos mercados para atingir. Chegam à acertada conclusão de que a competitividade é uma prática antinatural nas comunidades menos favorecidas, dando lugar à solidariedade em prol da transformação socioeconômica desses grupos.

Portanto, no caminho oposto da competitividade, a ótica da economia solidária é a de se preocupar em criar a cultura da cooperação dentro de determinada comunidade ou território. A economia solidária potencializa a diversidade das culturas dos locais onde prospera e, como não prioriza o lucro, seus princípios estão aliados à justiça social e econômica (MILLER, 2009 *apud* MOSTAGI *et al.*, 2019).

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento surgiram como uma resposta ao desinteresse dos bancos convencionais em estabelecer suas agências em locais de difícil acesso, marcados pela pobreza, e onde as pessoas não possuem dinheiro para adquirir serviços bancários tradicionais. O banco tradicional busca primariamente a obtenção de lucro, e as comunidades formadas em cidades interioranas longe dos maiores polos de consumo, os povos indígenas e os assentamentos urbanos isolados jamais poderiam oferecer o retorno que as instituições bancárias tradicionais buscam. São nesses territórios menos favorecidos que os bancos comunitários prosperam.

Os Bancos Comunitários são entidades que oferecem serviços de microfinanças dos mais variados tipos para concretizar seus objetivos. Na prática, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento criam uma moeda – usualmente pareada ao Real – e abrem linhas de crédito ou empréstimos para que a promoção de um “autocrescimento” das comunidades a partir do estímulo ao empreendedorismo e circulação interna de mercadorias. Os bancos comunitários costumam possuir três estágios da sua criação e estabelecimento, como demonstrado a seguir.

**Figura 4** – Processo de criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, da sua concepção ao estágio de economia solidária



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo

Para França Filho (2015), o motor da atividade econômica em comunidades que atuam com Banco Comunitário é a criação de oferta de microfinanciamentos para a população, porquanto tais bancos não estão imbuídos da lógica mercadológica de tornar rentáveis os seus serviços, mas sim de promover a transformação social, melhorando a qualidade de vida daquele grupo no qual a iniciativa comunitária está inserida. Um claro reflexo dos princípios da economia solidária se revela quando a própria comunidade envida esforços para diminuir a realidade de desigualdade em que vivem pela autogeração de riqueza.

Para Brito e Oliveira (2019), os Bancos Comunitários geram e ampliam a renda no território em que estão inseridos, sendo aportados pela própria comunidade, por meio dos pilares do fundo de crédito solidário, da criação de moeda social circulante naquela comunidade, com limitação territorial, feiras de produtores da região e capacitação dos moradores em Economia Solidária.

Para uma melhor compreensão de como os bancos comunitários atuam na prática, é preciso abordar as moedas sociais como principal mecanismo utilizado por essas entidades que já contam com expressiva utilização no Brasil por meio de diversas iniciativas bem-sucedidas de economia solidária.

## 4.2 Evidências da Efetividade dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e das Moedas Sociais como Mecanismos de Inclusão Financeira

A exclusão financeira ocasionada pela ausência de oferta de serviços financeiros adequados e compatíveis com a realidade das comunidades mais pobres revela outro problema: a perpetuação da pobreza pela falta de circulação de riqueza naquela localidade. Os estudos intitulados "Mapa da Extrema Indigência no Ceará e o Custo Financeiro de sua Extinção" realizado pelo Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC) e "Transformação na Indústria Bancária Brasileira e o Cenário da Crise, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)" comprovam que os estados do Maranhão, Piauí e

Alagoas foram os três estados que apresentaram os maiores índices de indigência e, ao mesmo tempo, o menor número de agências bancárias (SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009). Ambos os estudos também apontam que Santa Catarina e São Paulo apresentavam os menores índices de indigência e os maiores de agências bancárias instaladas. A realidade enfrentada pelos indivíduos dessas regiões é que, mesmo que possuam pouco ou nenhum dinheiro e não tenham acesso a serviços financeiros onde vivem, essas pessoas ainda precisam realizar operações financeiras simples como saques de dinheiro em espécie, pagamento de contas de luz, água, telefone, compras de alimentos e demais artigos indispensáveis para o dia a dia.

A consequência dessa necessidade é que, dada a carência de serviços financeiros e recursos onde vivem, esses indivíduos precisam se deslocar para outras localidades para efetivar essas operações, ocasionando uma fuga de riquezas da comunidade. Por não haver consumo e circulação de riquezas, a comunidade permanece empobrecida.

Um dos mecanismos de microfinança que busca solucionar esse problema é a utilização das moedas sociais pelos Bancos Comunitários como uma forma de autogeração de riqueza e preservar a circulação do dinheiro dentro da comunidade.

Conforme apontam Rigo, Filho e Leal (2015), a criação da moeda social por esses Bancos é um mecanismo apto a incentivar o consumo local, mas, para isso, necessita de reconhecimento e de adesão dos consumidores e comerciantes. Sendo assim, isso consiste em um meio de troca paralelo à moeda de curso forçado e deve preservar as principais características de uma moeda.

O fato de as moedas sociais serem atreladas ao Real permite, inclusive, que se saiba a quantidade de meio circulante na comunidade que a utiliza, gerando importantes informações que podem ser utilizadas para a concretização de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes (RIGO; FILHO; LEAL, 2015).

O sucesso pioneiro da moeda social Palma, administrada pelo Banco Palmas e aceita unicamente no Conjunto Palmeira, bairro da periferia de Fortaleza, CE, revela como é possível transformar a qualidade de vida mesmo daquelas comunidades mais carentes e excluídas tanto pelo Poder Público quanto pela iniciativa privada. Estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego com os moradores da comunidade chegou à conclusão de que 98% dos entrevistados consideraram que o Banco Palmas contribuiu para o desenvolvimento da comunidade e mais de 90% acreditam que o banco melhorou a qualidade de vida das pessoas (MTE, 2008 *apud* SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

A comunidade do Conjunto Palmeira nem sempre viveu à margem da sociedade. Na verdade, como afirma um dos fundadores da iniciativa, os moradores da comunidade viviam à beira-mar até o ano de 1973 quando foram remanejados para a periferia da cidade, consequência de políticas públicas engendradas pelo governo da época. Em um processo de ética questionável, os habitantes de baixa renda foram deslocados dos distritos desenvolvidos do centro da cidade para áreas suburbanas e desenvolvidas da cidade (JAYO; POZZEBON; DINIZ, 2009 *apud* MOSTAGI *et al.*, 2019).

Mais de 1.500 famílias foram forçadas a abandonar suas casas e passaram a residir em uma área subdesenvolvida, localizada a mais de 22 quilômetros do litoral. A política urbana da época teve o objetivo de fortalecer o turismo, em detrimento das pessoas mais pobres. Em 1998, a comunidade do Conjunto Palmeira consistia em cerca de 30.000 habitantes, vivendo sob condições de miséria e exclusão social (JAYO; POZZEBON; DINIZ, 2009).

A criação da moeda social Palma, em 2002, veio após a realização do Mapa de Consumo do Conjunto Palmeira no ano de 1997 e que revelou um dado que explicava as carências da comunidade: os 30 mil moradores movimentavam cerca de R\$1 milhão por mês, porém, apenas 20% dessa riqueza circulavam no bairro, o restante era gasto em compras pelos moradores do Conjunto Palmeira em outros bairros (CERNEV; DINIZ, 2020).

Tornava-se evidente que era preciso localizar a circulação de recursos, o que motivou a primeira iniciativa de economia solidária vivida pelo Conjunto Palmeira. A primeira experiência da comunidade consistiu em um clube de trocas, evoluindo posteriormente para a moeda Palma, emitida em papel pelo Instituto Palmares, atrelada ao Real.

Sobre esse assunto, Rigo e França (2017) explicam que o modelo utilizado pelo Banco Palmas consistia em emissão da moeda social dentro da comunidade e, para cada moeda emitida, existia nas reservas do banco o valor correspondente em reais, o que era imprescindível para os moradores da comunidade que eventualmente necessitariam trocar a moeda social por Reais para fazer compras fora do bairro.

A adesão em massa da moeda social se deu em poucos anos, iniciando-se apenas com dois empreendimentos e passando para mais de 200 no ano de 2014, após os demais comerciantes notarem que os estabelecimentos que adotavam a moeda social estavam vendo maior movimento de consumidores (RIGO; FRANÇA, 2017).

A moeda social Palma facilitou e incentivou o comércio local dada a sua facilidade de uso e troca, ampla aceitação dos moradores da comunidade, por ser lastreada em reais e permitir o câmbio (o usuário poderia se dirigir a uma agência do banco Palmeira e trocar para reais o valor equivalente que possuía em Palma).

O fato de a moeda social Palma ser válida apenas dentro da comunidade trouxe consequências positivas. Como a circulação da moeda é restrita à comunidade, a moeda preservava a circulação do dinheiro apenas dentro da comunidade, era bastante segura, tendo em vista que em caso de perda ou extravio, não poderia ser utilizada em outra localidade.

Serviu também como fomento ao empreendedorismo local, pois o empréstimo de Palma não tinha taxa de juros e, por fim, trouxe à comunidade um sentimento de pertencimento, estimulando que as famílias da região comprassem apenas localmente, gerando uma poupança local e, conseqüentemente, mais desenvolvimento, emprego e renda (MOSTAGI *et al.*, 2019).

Além do Conjunto Palmeira em Fortaleza, CE, a comunidade de Matarandiba, localizada no município de Vera Cruz, BA, e que tem a pesca como atividade econômica essencial, também utiliza a sua própria moeda. Denominada Concha, foi fruto de parceria entre a Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA) e a empresa Dow Brasil com apoio técnico da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e teve como principal objetivo o fomento da economia local (RIGO; FILHO; LEAL 2015).

Tal como a Palma, a moeda social Concha surgiu com o intuito de promover o desenvolvimento local sustentável de Matarandiba, por meio da geração de trabalho e renda, tendo como base a criação de empreendimentos coletivos solidários com o objetivo de aumentar o nível de produção, consumo e gestão de serviços públicos locais, institucionalizando uma rede local de economia solidária (RIGO; FILHO; LEAL 2015).

Rigo, Filho e Leal (2015) apontam que, após quatro anos de trabalho de implementação da moeda social, foi formado um ecossistema de economia solidária pujante na região, tendo

o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar como ponto central da transformação social e econômica experimentada pela comunidade que aderiu à moeda social Concha, seja como consumidores ou como comerciantes, formais ou informais. Na comunidade, toda a movimentação financeira acontece por meio da Concha, utilizada para consumo, descontos especiais no comércio local e empréstimos bancários que vêm sendo amplamente utilizado pelos moradores.

No campo das moedas sociais digitais, verifica-se o exemplo da Palafita, moeda social digital utilizada pelo Banco da Maré, instalado no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. Tal como o caso do Conjunto Palmeira e da comunidade de Matarandiba, o Complexo da Maré, formado por 16 favelas que ocupam uma área de 427 hectares próximo à Baía de Guanabara, sofria da “desbancarização” (RIGO; FILHO; LEAL, 2015).

Mesmo com cerca de 200 mil habitantes e muito em razão das altas taxas de violência, o complexo não possuía agências bancárias, apenas dois caixas eletrônicos 24 horas para atender a toda a população (MILANEZ, 2018). Mesmo situado dentro na cidade do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré se vê isolado do restante da cidade não apenas pela violência, mas principalmente pelo abandono estatal que o caracteriza.

Rigo, Filho e Leal (2015) destacam que, como a comunidade é carente de infraestrutura básica de transportes, os moradores se sujeitam a viagens de horas, seja de ônibus ou caminhadas, para terem acesso a uma agência bancária.

Nascido dentro do complexo de favelas, o projeto social do “Banco da Maré” consiste em uma *startup* social cuja missão foi a de proporcionar inclusão financeira e digital aos moradores da comunidade por meio de um aplicativo utilizado em smartphones e que disponibiliza serviços essenciais aos moradores como transferência de recursos, pagamento de contas domésticas, compra de crédito telefônicos e permite o consumo local nos estabelecimentos comerciais credenciados, bastando que o usuário faça as recargas da moeda social, chamada “Palafita”, por meio do aplicativo.

## 5 Considerações Finais

Por meio deste trabalho, buscou-se trazer os fundamentos teóricos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e como eles concretizam os princípios da economia solidária e da inclusão financeira. A partir da metodologia de revisão sistemática, foram selecionados artigos e demais trabalhos acadêmicos que em suas análises traziam avaliações dos impactos de diferentes Bancos Comunitários de Desenvolvimento em diversas comunidades.

Os estudos incluídos neste trabalho demonstram que a implementação de moedas sociais pelos Bancos Comunitários de desenvolvimento vem se revelando como um importante instrumento de combate às desigualdades sociais ocasionadas pela desbancarização, ou, em outros termos, pela exclusão financeira da parcela mais desassistida da população.

Com análise de dados que incluiu estudos do próprio Banco Central, ficou demonstrado que, embora o sistema bancário brasileiro esteja entre os maiores do mundo, ainda existem dezenas de milhões de brasileiros sem acesso aos serviços bancários, desse modo, essa lacuna da desbancarização, ou exclusão financeira, vem sendo preenchida ainda que com sucesso parcial e local, pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e a administração de moedas

sociais para estimular a produção, o consumo e a circulação de riquezas em geral dentro das comunidades mais desfavorecidas.

A experiência notoriamente bem-sucedida do Banco Palmas e as iniciativas do Banco da Maré e da moeda social Concha, em Matarandiba na Bahia, são apenas três exemplos entre os mais de 107 bancos comunitários registrados no Brasil que vêm cumprindo sua missão social de levar serviços financeiros para aqueles que, em outro momento, jamais teriam acesso ao dinheiro se dependessem exclusivamente de iniciativas governamentais ou do interesse dos bancos tradicionais.

Discutindo os resultados da pesquisa, ficou claro que os bancos comunitários, embora não tenham a mesma força econômica dos bancos comerciais, proporcionaram não somente serviços financeiros, mas geraram impactos positivos do ponto de vista social, estimulando a circulação de mercadorias pelos próprios cidadãos, a criação de uma rede local de produtores e consumidores, o acesso a mercadorias e a cidadania financeira dessas pessoas.

Este trabalho, além de ter o intuito de tratar as bases principiológicas e conceituais dos bancos comunitários e moedas sociais, bem como a inclusão financeira e a economia solidária, também tem o objetivo de compartilhar a visão de sucesso acerca das experiências brasileiras nesse campo, incentivando mais iniciativas que tenham o objetivo de garantir a cidadania financeira e a dignidade da população menos favorecida economicamente.

A problematização do trabalho se mostrou adequadamente respondida, no sentido de demonstrar as circunstâncias que ensejam a criação dos BCDs e atestando, com estudos de caso publicados, que essas iniciativas obtêm sucesso na redução de desigualdades sociais e promovem a inclusão financeira e a economia solidária, com alta tendência de surgimento de outros bancos dessa modalidade no Brasil.

## 6 Perspectivas Futuras

Para o futuro, espera-se que os indicadores positivos obtidos pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento já existentes no país sirvam de estímulo para novas iniciativas surgirem com o objetivo de tornar cada vez mais acessível o acesso aos serviços financeiros, sem a dependência das pessoas aos bancos tradicionais. Por ser um fenômeno em constante evolução e com iniciativas que certamente serão implementadas pelo Brasil após a conclusão deste trabalho, propõe-se a continuidade das pesquisas envolvendo os bancos comunitários e seus impactos reais na sociedade.

## Referências

ALMEIDA, R. M. D. **Bancos comunitários, moedas sociais digitais e inclusão financeira: uma análise a partir das pressões institucionais e da modelagem social da tecnologia.** 2019. 143p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações.** Brasília, DF: Bacen, 2018. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Informacoes\\_gerais/conceito\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inclusão financeira n. 1.** Brasília, DF: Bacen, 2010. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/relatorio\\_inclusao\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf). Acesso em: 14 dez. 2022.
- BRITO, E. C.; OLIVEIRA, C. M. Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: a experiência pioneira do banco de palmas. **Revista Orbis Latina**, [s.l.], p. 14, 2019.
- CAMINHA, U.; FIGUEIREDO, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto palmeiras em Fortaleza, CE. **Revista Direito GV**, [s.l.], v. 7, p. 99-130, jun. 2011.
- CAVALCANTE, A. A dinâmica espacial da exclusão financeira e as moedas sociais. **Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 29-55, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/fronteracidadania/article/view/2170>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- CERNEV, A. K.; DINIZ, E. H. Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 24, n. 5, p. 487-506, set. 2020.
- DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; KLAPPER, L. Measuring Financial Inclusion: Explaining Variation in Use of Financial Services across and within Countries. **Brookings Papers on Economic Activity**, [s.l.], v. 2013, n. 1, p. 279-340, 2013.
- DINIZ, E. H.; CERNEV, A. K.; NASCIMENTO, E. Mobile social money: an exploratory study of the views of managers of community banks. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 51, p. 299-309, set. 2016.
- FERREIRA, V. M. P. **Economia solidária, microfinanças e pluralismo jurídico: um estudo de caso sobre a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.** 2014. 191p. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 13, n. 31, julho de 2015.
- FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as Moedas Sociais Circulantes Locais no Brasil.** 2010. 374p. Tese de Doutorado (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- INSTITUTO BANCO PALMAS. **Mapa da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.** 2021. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares – POF – perfil das despesas no Brasil:** indicadores de qualidade de vida. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=sobre>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- JAYO, M.; POZZEBON, M.; DINIZ, E. H. Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas. **Canadian Journal of Regional Science**, [s.l.], v. 32, p. 115-128, 2009.

- LAVILLE, J. L. The Solidarity Economy: An International Movement. **RCCS Annual Review**, [s.l.], n. 2, 1º out. 2010.
- LUCIA, C.; SOARES, B. **Moeda social**: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades. Florianópolis: EdUFSC, 1998.
- MILANEZ, J. M. P. G. **Bancarização e Educação Financeira na Base da Pirâmide**: o Caso do Banco Maré. 2018. 54p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MILLER, E. Solidarity economy: key concepts and issues. In: KAWANO, E.; MASTERSON, T. N.; TELLERELSBERG, J. **Solidarity economy I**: building alternatives for people and planet. Amherst: Center for Popular Economics, 2009. p. 25-42.
- MOSTAGI, N. C. *et al.* Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, p. 111-124, 21 mar. 2019.
- PRIMAVERA, H. Social Currencies and Solidarity Economy: an Enduring Bond of Common Good. **Working**, USA, v. 13, n. 1, p. 41-59, 2010.
- RIGO, A. S.; FILHO, G. C. de F.; LEAL, L. P. Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: a Experiência das Conchas em Matarandiba, BA. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [s.l.], v. 4, n. 2, 2015.
- RIGO, A. S.; FRANÇA, G. C. de. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAPE.BR**, [s.l.], v. 15, p. 169-193, mar. 2017.
- SEGUNDO, J. J. de M. N., MAGALHÃES, Sandra. Bancos comunitários. **IPEA – Mercado de Trabalho**, [s.l.], p. 21-26, 2009.
- SINGER, P. **Finanças Solidárias e Moeda Social – Projeto Inclusão Financeira – Perspectivas e Desafios para a Inclusão Financeira no Brasil**: Visão de Diferentes Atores. [S.l.: s.n.], 2009. p. 69-78.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2002. 128p.
- SOCIAIS, C. *et al.* Criptomoedas Sociais: Contribuição do Blockchain para Objetivos Sociais. In: XLIII ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 2019. **Anais [...]**. [S.l.], 2019.

## Sobre os Autores

### Douglas Cruz

E-mail: douglasaleixocruz@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6743-3113>

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas em 2014.

Endereço profissional: Rua Celso Haddad, n. 11, Adrianópolis, Manaus, AM. CEP: 69057-091.

### **Raimundo Correa de Oliveira**

*E-mail:* rcoliveira@uea.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5428-8762>

Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco em 2013.

Endereço profissional: Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas, Av. Darcy Vargas, n. 1.200, Parque Dez de Novembro, Manaus, AM. CEP: 69050-020.

### **Silvia Regina Sampaio Freitas**

*E-mail:* srfreitas@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2987-7837>

Doutora em Cardiopneumologia pelo Instituto do Coração. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 2006.

Endereço profissional: Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas, Estrada do Bexiga, n. 1.085, Juruá, Tefé, AM. CEP: 69552-315.